



AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO - AGEHAB
RELATÓRIO
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERÊNCIA: 2020

AGEHAB – AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S.A. CNPJ – 01.274.240/0001-47							
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	31 DEZEMBRO 2020		31 DEZEMBRO 2019			
ATIVO CIRCULANTE		17.757.949,39		16.787.094,43			
Disponibilidades Financeiras	5	603.109,96		518.242,96			
Títulos e Valores Mobiliários	5	6.624.858,12		10.409.519,87			
Clientes	6	161.591,18		209.374,47			
Adiantamentos Concedidos a Obras	7	10.002.080,36		5.324.653,33			
Antecipações a Empregados	8	201.294,33		167.816,37			
Tributos a Recuperar	9	124.510,64		103.002,87			
Despesas Antecipadas	10	2.581,86		3.469,32			
Estoque de Bens	11	37.922,94		51.015,24			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.190.168,46		7.194.627,39			
Realizável A Longo Prazo	12	5.833.578,39		5.493.113,92			
Devedores por Vendas Compromissadas	12.1	297.541,66		349.123,48			
Devedores por Créditos Repassados	12.2.1	0,00		0,00			
Unidades Residenciais Programas	12.3	1.560.570,78		1.560.570,78			
Terrenos Edificações ou Urbanização	12.4	2.450.953,40		2.450.953,40			
Depósitos Judiciais	12.5	393.903,59		116.390,43			
Devedores Diversos	12.6	26.675,94		26.675,94			
Tributos a Recuperar	12.7	1.103.933,02		989.399,89			
Imobilizado	13.1	639.546,64		893.451,13			
Bens Tangíveis		2.386.146,82		2.439.642,90			
Bens Móveis		2.085.844,00		2.139.340,08			
Bens Imóveis		300.302,82		300.302,82			
(-) Depreciações Acumuladas		(1.746.600,18)		(1.546.191,77)			
Intangível	13.2	717.043,43		808.062,34			
Bens Intangíveis		717.043,43		808.062,34			
Software		1.089.101,58		1.089.101,58			
(-) Amortizações Acumuladas		(372.058,15)		(281.039,24)			
TOTAL DO ATIVO		24.948.117,85		23.981.721,82			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 DEZEMBRO 2020		31 DEZEMBRO 2019			
PASSIVO CIRCULANTE		8.869.524,64		6.098.098,69			
Obrigações Trabalhistas e Consignações	14	19.186,15		1.140.870,10			
Obrigações Sociais	14	6.391,98		665.982,96			
Obrigações Tributárias	14	52.998,45		412.952,52			
Contas a Pagar	15	1.099.380,18		1.139.261,64			
Tributos Parcelados	16	386.692,44		354.411,27			
Provisões Trabalhistas	17.1	2.930.821,50		2.384.620,20			
Caução a Restituir	17.2	982,87		0,00			
Créditos para Recursos Vinculados	18	4.373.071,07		0,00			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.991.510,26		6.739.310,44			
Exigível a Longo Prazo	19	5.991.510,26		6.739.310,44			
Créditos para Recursos Vinculados	19.1	613.472,45		1.806.150,51			
Tributos Parcelados	19.2	843.961,29		1.125.916,23			
Provisões para contingências judiciais	19.3	4.534.076,52		3.704.964,70			
Outras Contas a Pagar	19.4	0,00		102.279,00			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	10.087.082,95		11.144.312,69			
Capital Social	20.1	187.256.418,03		187.256.418,03			
Reservas de Capital	20.2	0,00		6.789.064,77			
Resultado de Apuração	20.3	(177.169.335,08)		(182.901.170,11)			
TOTAL DO PASSIVO		24.948.117,85		23.981.721,82			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
(Valores expressos em milhares de reais)							
DESCRIÇÃO	NOTA	31 de Dezembro de 2020		31 de Dezembro de 2019			
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21.1	33.597.099,92		3.659.008,50			
Receita Bruta de Serviços	21.1	3.627.186,00		3.659.008,50			
Receita Ordinária Subvenção Econômica	21.1	28.495.045,40		0,00			
Recurso Termo de Compromisso - União/CEF	21.1	1.474.868,52		0,00			
Deduções da Receita Bruta	21.2	(997.860,12)		(521.404,77)			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.2	32.599.239,80		3.137.603,73			
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21.3	(25.826.069,83)		(23.711.893,55)			
Mão de Obra Aplicada	21.3	(21.833.370,52)		(21.109.082,28)			
Serviço de Terceiros aplicados	21.3	(869.317,96)		(1.226.912,36)			
Outros Custos Operacionais	21.3	(41.998,07)		(29.479,58)			
Custos com Obras Cíveis	21.3	(1.606.514,76)		(1.346.419,33)			
Serviço Aplicado - Convênios		(1.474.868,52)		0,00			
LUCRO OPERACIONAL BRUTO (PREJUÍZO)		6.773.169,97		(20.574.289,82)			
DESPESAS OPERACIONAIS	21.4	(7.540.267,68)		(10.120.270,78)			
Despesas Administrativas	21.4	(6.268.212,58)		(6.831.120,48)			
Pessoal	21.4	(5.440.553,53)		(5.602.815,13)			
Outras Despesas	21.4	(261.278,35)		(491.360,80)			
Serviços Terceiros	21.4	(566.380,70)		(736.944,55)			
Despesas Tributárias	21.4	(80.932,59)		(202.866,51)			
Outras Despesas Operacionais	21.4	(1.191.122,51)		(3.086.283,79)			
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	21.5	(512.856,89)		(3.807.491,22)			
Depreciação e Amortização	21.5.1	(308.821,77)		(338.431,05)			
Contribuições Patronais	21.5.1	(31.466,00)		(29.170,02)			
(+) Receitas Eventuais	21.5.2	40.701,65		2.645.485,66			
Perdas de Capital	21.5.1	(213.270,77)		(6.085.375,81)			
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	21.6	316.520,21		80.397,81			
Despesas Financeiras	21.6	(93.827,15)		(434.073,70)			
(+) Receitas Financeiras	21.6	410.347,36		514.471,51			
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO		(963.434,39)		(34.421.654,01)			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(963.434,39)		(34.421.654,01)			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
(Valores expressos em milhares de reais)							
DISCRIMINAÇÃO	Capital Realizado		Reservas de		Reservas de		
	Capital	A Realizar	Investimento	Edificações	Reavaliação	Resultado	Total
	Subscrito		em Ações		De Ativos	Acumulado	
Saldos em 31/12/2019	196.133.567,16	(8.877.149,13)	6.789.064,77	-	-	(182.901.170,11)	11.144.312,69
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(93.795,35)	(93.795,35)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Investimento em Ações	-	-	(6.789.064,77)	-	-	6.789.064,77	-
Resultado Apurado do Período	-	-	-	-	-	(963.434,39)	(963.434,39)
Saldos em 31/12/2020	196.133.567,16	(8.877.149,13)	-	-	-	(177.169.335,08)	10.087.082,95

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		
(Valores expressos em milhares de reais)		
DFC – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	31 DE DEZEMBRO 2020	31 DE DEZEMBRO 2019
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) Líquido	(963.434,39)	(34.421.654,01)
Ajustes de Exercícios Anteriores no Patrimônio Social	(93.795,35)	-
Subtotal	(1.057.229,74)	(34.421.654,01)
Ajustes para reconciliar Déficit com Caixa gerado pelas Operações		
Depreciação e amortização	350.567,07	322.417,00
Subtotal	350.567,07	322.417,00
(Acréscimo) decréscimos do Realizável a Curto Prazo		
Antecipações a Empregados	(33.477,96)	(43.129,04)
Adiantamentos Concedidos a Obras	(4.677.427,03)	331.122,64
Adiantamento por Conta de Viagens	-	3.522,00
Despesas Antecipadas	887,46	293,13
Prestações a Receber Conjuntos e Loteamentos	47.783,29	(22.032,23)
Estoques de Bens	13.092,30	14.536,06
Tributos a Recuperar	(21.507,77)	841.825,12
Subtotal	(4.670.649,71)	1.126.137,68
Acréscimo (Décrécimo) do Exigível a Curto Prazo		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias	(2.141.229,00)	(1.081.814,78)
Fornecedores de Bens e Serviços	(39.881,46)	175.834,84
Tributos Parcelados	32.281,17	347.183,39
Provisões Trabalhistas e Contingências	546.201,30	(293.678,37)
Adiantamento Recebidos de Obras	-	(2.531,74)
Caução a Restituir	982,87	-
Créditos Para Recursos Vinculados Obras e Convênios	4.373.071,07	-
Subtotal	2.771.425,95	(855.006,66)
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(2.605.886,43)	(33.828.105,99)
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Investimentos/ Imobilizado	(6.823,48)	(51.216,39)
Baixa de Investimentos/ Imobilizado	1.179,81	70.502,15
(=) Caixa Líquido das atividades de Investimentos	(5.643,67)	19.285,76
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital	-	35.737.655,41
Reservas de Capital	-	(2.600.000,00)
(Acréscimo) decréscimos do Realizável a Longo Prazo		
Devedores por Vendas Compromissadas	51.581,82	138.676,86
Infra Estrutura de Conjuntos Habitacionais	-	5.739.536,06
Unidades Residenciais	-	182.769,58
Depósitos/Bloqueios Judiciais	(277.513,16)	(67.039,76)
Tributos a Recuperar	(114.533,13)	(989.399,89)
Subtotal	(340.464,47)	38.142.198,26
Acréscimo (Décrécimo) do Passivo não Circulante		
Créditos Para Recursos Vinculados Obras e Convênios	(1.192.678,06)	(888.351,60)
Tributos Parcelados	(281.954,94)	1.092.186,14
Provisões para Contingências Judiciais	726.832,82	2.112.792,52
Subtotal	(747.800,18)	2.316.627,06
4. (=) Caixa Líquido das atividades de Financiamento	(1.088.264,65)	40.458.825,32
5. (=) AUMENTO/ (REDUÇÃO) DO CAIXA LÍQUIDO	(3.699.794,75)	6.650.005,09
6. AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.699.794,75)	6.650.005,09
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	10.927.762,83	4.277.757,74
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício	7.227.968,08	10.927.762,83

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	31 DE DEZEMBRO DE 2020	31 DE DEZEMBRO DE 2019
(+)RECEITAS	33.156.815,38	6.304.494,16
Vendas de serviços	3.627.186,00	3.659.008,50
Entradas de Convênios	1.474.868,52	-
Subvenção Econômica	28.014.059,21	-
Outras Receitas	40.701,65	2.645.485,66
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS e IPI)	6.350.044,79	13.466.019,94
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.820.358,36	2.602.811,27
Perda/Recuperação de valores ativos	213.270,77	9.171.659,60
Outras Despesas	1.222.588,51	1.257.475,37
Despesas Financeiras	93.827,15	434.073,70
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	26.806.770,59	(7.161.525,78)
(-) RETENÇÕES	308.821,77	338.431,05
Depreciações, amortização e exaustão	308.821,77	338.431,05
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	26.497.948,82	(7.499.956,83)
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	410.347,36	514.471,51
Receitas Financeiras	410.347,36	514.471,51
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	26.908.296,18	(6.985.485,32)
(+) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	26.908.296,18	(6.985.485,32)
Pessoal e Encargos	27.273.924,05	26.711.897,41
Impostos, taxas e Contribuições	597.806,52	724.271,28
Lucros retidos /Prejuízos do exercício	(963.434,39)	(34.421.654,01)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		
(Valores expressos em milhares de reais)		
	31 DE DEZEMBRO DE 2020	31 DE DEZEMBRO DE 2019
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(963.434,39)	(34.421.654,01)
Prejuízo Líquido do Exercício	(963.434,39)	(34.421.654,01)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
(+/-) Resultados Abrangentes de empresas Investidas	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(963.434,39)	(34.421.654,01)

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS – COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiânia de Habitação, através da Lei Estadual nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual n.º 8.801, de 10 de novembro de 2016.

AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação.

Empresa Estatal Dependente conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás baseado no artigo 18 Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, com isso integrante do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado de Goiás, a partir do exercício social de 2021.

SEDE AGEHAB, para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, nº 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-060 e jurisdição em todo território nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

2.1 Institucional
Gestor

avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

Em 2018, estes lotes foram destinados a construção da 2ª etapa do Residencial Nelson Mandela, onde foram assinados contrato instrumento particular de Compra e Venda de Imóvel entre Fundo de Arrendamento Residencial – FAR/Caixa Econômica Federal, Construtora e AGEHAB, em decorrência da ausência de orçamento previsto na esfera federal, tais contratos foram cancelados.

Em novo projeto em andamento na Agehab, em fase inicial de elaboração para construção de 3.000 unidades habitacionais destinadas a família de baixa renda, que será executado com a parceria Governo do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal(Governo Federal) e a AGEHAB.

Os valores dos lotes avaliados não representam a realidade estatutária da Agehab, pois servirão como subsídios levando em consideração a construção de interesse social, previsto no Estatuto Social.

12.5 Depósitos/Bloqueios Judiciais - Valores referente depósito recursal e bloqueios por decisão judicial em contas bancárias oriundos de Ações Trabalhistas e Cíveis/Fiscal, aguardando julgamento do mérito.

	2020	2019
Depósitos e Bloqueios Judiciais	393.903,59	116.390,43
Trabalhistas	336.714,88	75.222,82
Cíveis/Fiscal	57.188,71	41.167,61

Os processos judiciais oriundos dos bloqueios judiciais são classificados como PASSIVO PROVÁVEL, por este motivo não foram atualizados monetariamente.

12.6 Devedores Diversos - Ativo Contingente - Refere-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Processos Judicial Civil em tramitação, PROVISIONADO, classificados como ATIVO PROVAVEL

Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, atualizado monetariamente em R\$ 26.675,94, processo em fase de cumprimento de sentença.

12.7 Tributos a recuperar – Longo Prazo

Refere-se a Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Aplicações Financeiras/Poupança e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria da Economia do Estado de Goiás, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Solicitado junto à Receita Federal, através PERDCOMP pedido de restituição e aberto processo administrativo sob nº 10010.040307/0918-82, em análise.

	2020	2019
Tributos a Recuperar – Longo Prazo	1.103.933,02	989.399,89
Saldo Negativo do Imposto de Renda	1.103.933,02	989.399,89

13. Imobilizado e Intangível

A administração aplicou o teste de impairment e que os ativos não apresentaram perda por recuperabilidade sendo que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

13.1 Imobilizado

13.1.1 O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens.

13.1.2 Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por departamentos e centros de custos.

Descrição	Taxa	Custo	Depreciações	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Móveis e Utensílios	20%a.a.	525.496,82	(447.148,28)	78.348,54	113.637,96
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10%a.a.	19.302,58	(19.302,58)	-	-
Computadores e Periféricos	10%a.a.	1.387.020,36	(1.031.651,28)	355.369,08	545.652,52
Instalações de Escritório	20%a.a.	154.024,24	(95.702,48)	58.321,76	67.091,35
Terrenos	20%a.a.	30.134,70		30.134,70	30.134,70
Edificações	10%a.a.	123.309,16	(71.735,72)	51.573,44	54.640,04
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	10%a.a.	146.858,96	(81.059,84)	65.799,12	82.294,56
TOTAL		2.386.146,82	(1.746.600,18)	639.546,64	893.451,13

13.2. Intangível

No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso "perpétua", adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

Descrição	Taxa	Custo	Amortização	Líquido 31/12/2020	Líquido 31/12/2019
Software	20%a.a.	1.089.101,58	(372.058,15)	717.043,43	808.062,34
TOTAL		1.089.101,58	(372.058,15)	717.043,43	808.062,34

14. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se a valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados, contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, que são apropriados pelo regime de competência.

	2020	2019
Obrigações Trabalhistas e Sociais	25.578,13	1.806.853,06
Salários a Pagar	0,00	935.051,39
Férias a Pagar	1.917,70	145.319,86
13º Salário a Pagar	2.777,73	0,00
Caixa Econômica Federal - Empregados Cedidos	14.490,72	15.073,20
Empréstimo Consignado	0,00	17.923,87
Medicamentos a Pagar	0,00	5.755,75
Plano de Saúde a Pagar	0,00	21.746,03
Contribuição Previdenciária - INSS a Recolher	961,94	505.985,42
INSS a Recolher - Serviços Terceirizados	5.185,07	4.469,18
FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a Recolher	244,97	148.987,54
Fundos de Previdências a Recolher	0,00	6.540,82
Obrigações Tributárias	52.998,45	412.952,52
IRRF a Recolher - Empregados	947,08	373.570,68
IRRF a Recolher - Terceiros	2.110,79	1.168,51
ISS Próprio	251,50	124,00
ISS - Terceiros	9.740,71	2.891,58
PIS/COFINS/CSLL - Terceiros	9.086,87	4.017,32
PIS - Não Cumulativo a Recolher	5.155,78	5.224,00
COFINS - Não Cumulativo a Recolher	25.705,72	25.956,43

15. Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos das contas a pagar aos fornecedores estão aos seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas e considerando que não há ocorrência de atrasos na quitação e por consequência não há ocorrência de pagamento de juros/multas.

	2020	2019
Contas a Pagar	1.099.380,18	1.139.261,64
Fornecedores de Bens e Serviços (a)	441.213,15	753.373,74
Fornecedores de Bens e Serviços a faturar (b)	95.357,64	140.418,30
Outras contas a Pagar – (c)	562.809,39	245.469,60

a) Refere-se a fornecedores de Bens e Serviços de serviço prestado e materiais entregues cujo o respectivo documento fiscal está emitido.

b) Refere-se a provisão oriundo de contratos cujos serviços foram prestados e as notas fiscais serão emitidas posteriormente.

c) Refere-se a valores a pagar oriundo de processo trabalhista – COHABe valor provisionado a devolver à Secretaria de Desenvolvimento e Inovação SEDI referente apuração das despesas correntes no ano de 2020 repassadas através da Subvenção Econômica.

16. Tributos Parcelados – Curto Prazo

16.1 Tributos Parcelados – Lei nº 11.941/2009 – Parcelamento junto à Receita Federal.

16.2 Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (parcelamento Contribuição Previdenciária- INSS), prestado de contas em 06 de agosto de 2018, aguardando consolidação pela Receita Federal do Brasil.

16.3 Em 2019, consolidados parcelamentos em 60 prestações mensais das Contribuições PIS, COFINS e Previdenciária.

	2020	2019
Tributos Parcelados	386.692,44	354.411,27
Lei nº 11.941/2009 (a)	12.255,36	12.075,72
(-) Encargos Incorrer - Parcelamento Lei nº 11.941/2009	0,00	(4.847,84)
Parcelamento Simplificado PIS (b)	6.739,44	6.556,44
Parcelamento Simplificado COFINS (b)	31.944,84	31.077,00
(-) Encargos a Incorrer - Parcelamento Simplificado PIS	0,00	(307,37)



(-) Encargos a Incurrer - Parcelamento Simplificado COFINS		0,00		(1.457,22)
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)		335.752,80		326.631,24
(-) Encargos a Incurrer - Parcelamento INSS Patronal 2018		0,00		(15.316,70)
a) Parcelamento Lei nº 11.941/2009 em 158 prestações mensais, atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 114 prestações até 31/12/2020.				
b) Realizado Parcelamento Ordinário da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 22 prestações até 31/12/2020.				
c) Realizado Parcelamento Simplificado da COFINS e PIS em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 22 prestações até 31/12/2020.				
Parcelamentos	Lei nº 11.941/2009	INSS	PIS	COFINS
Data Consolidação	25/09/2009	13/03/2019	01/03/2019	01/03/2019
Valor Principal	82.786,11	1.271.898,48	25.561,60	121.169,12
Juros e Multa	14.420,66	284.674,20	5.683,76	26.929,80
Total corrigido	97.206,77	1.556.572,68	31.245,36	148.098,92
Pagamento antecipado	2.039,74	-	-	-
Valor Parcelamento	95.167,03	1.556.572,68	31.245,36	148.098,92
Quantidade Parcelas	158	60	60	60
Valor Parcela	602,32	25.942,88	520,76	2.468,32
17. Provisões Trabalhistas e Contingências Judiciais				
17.1 Provisões Trabalhistas - Provenientes de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e os Impostos (INSS e FGTS) no valor de R\$2.930.821,50 sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.				
Provisões Trabalhistas		2020		2019
Provisão de Férias		2.930.821,50		2.384.620,20
17.2 Caução a restituir				
Caução a Restituir		2020		2019
Soutec Elevadores Ltda (a)		982,87		0,00
(a) Refere-se a depósito caução conforme cláusulas contratuais.				
18. Créditos para Recursos Vinculados				
Os Créditos para Recursos Vinculados referem-se a valores controlados em contas bancárias vinculadas por Contratos, para construções de unidades habitacionais e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).				
Créditos para Recursos Vinculados		2020		2019
Programas Construção Unidades Habitacionais		4.373.071,07		0,00
Convênio Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal/FAR		4.138.957,16		0,00
Os valores vinculados aos convênios com possibilidade de término em 2021 foram reclassificados para o Passivo Circulante de Curto Prazo.		234.113,91		0,00
19 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
19.1 Os Créditos para Recursos Vinculados refere-se a valores controlados em contas bancárias vinculadas por Contratos, para construções de unidades habitacionais e Convênio de Cooperação Técnica e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).				
Créditos para Recursos Vinculados		2020		2019
Programa Resolução 460		613.472,45		1.806.150,51
Unidade - João Paulo - Etapa II		0,00		1.131.806,96
Unidade - Acreúna- Residencial Canadá		4.735,67		4.735,67
Unidade - Real Conquista		235.221,57		233.736,32
Programas Sub 20		373.515,21		374.201,94
Unidade - Goiandira - Loteamento Primavera II		4.595,22		4.595,22
Unidade - Damianópolis - Setor Aeroporto		0,00		1.932,98
Unidade - Água Fria - II Etapa		0,00		5.438,97
Unidade - Pirenópolis - Conj. Residencial Luciano Peixoto		4.733,15		4.733,15
Unidades - Estrela Dalva (Edeia), Vale do Sol (Edeia), Enedina O. Silva (Ipameri)		364.186,84		357.501,62
Convênio Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal/FAR		0,00		40.966,57
Unidade - Ministério das Cidades Contrato 0352781		0,00		40.615,10
Unidade - Fundo de Arrendamento Residencial (MCMV/FAR) Contrato 0419643-38		0,00		351,47
Convênio Secretaria da Economia do Estado de Goiás		0,00		20.703,05
Unidade - Fundo de Compensação de Valores Salariais - FCVS		0,00		20.703,05
(a) Contratos vigentes, João Paulo II, Damianópolis, Água Fria, Contrato nº 0352781 e nº 0419643-38, FCVS, reclassificados para o Passivo Circulante de Curto Prazo.				
(b) Os saldos vinculados a Obra Real Conquista, Acreúna, Goianira e Pirenópolis, Estrela Dalva, estão bloqueados devido ações judiciais e legalizações.				
(c) Os valores vinculados aos convênios com possibilidade de término em 2021 foram reclassificados para o Passivo Curto Prazo.				
19.2 Tributos Parcelados - Longo Prazo				
19.2.1 Refere-se a parcelamento junto à Receita Federal - Lei nº 11.941/2009 - Parcelamento junto à Receita Federal.				
19.2.2 Em 2019, consolidados parcelamentos em 60 prestações mensais das Contribuições PIS, COFINS e Previdenciária.				
Tributos Parcelados		2020		2019
Lei nº 11.941/2009		843.961,29		1.125.916,23
(-) Encargos a Incurrer - Parcelamento Lei nº 11.941/2009		32.680,96		44.277,64
Parcelamento Simplificado PIS		0,00		17.775,41
(-) Encargos a Incurrer - Parcelamento Simplificado PIS		14.602,11		20.762,05
Parcelamento Simplificado COFINS		0,00		973,35
(-) Encargos a Incurrer - Parcelamento Simplificado COFINS		69.213,82		98.410,50
Parcelamento INSS Patronal 2018		0,00		4.614,55
(-) Encargos a Incurrer - Parcelamento INSS Patronal 2018		727.464,40		1.034.332,26
		0,00		48.502,91
Conforme Nota Explicativa nº16				
19.3 PASSIVOS CONTINGENTES				
19.3.1 PASSIVO PROVÁVEL				
A Agehab é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela assessoria jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o CPC 25.				
Provisões para Contingências		2020		2019
Provisões para Contingências Processos Cíveis		4.534.076,52		3.704.964,70
Processo nº104416-45.1997.8.09.0051		1.633.420,00		1.709.878,87
Processos Usucapião Pirenópolis		100.000,00		370.378,87
Processo nº5441184.71.2017.8.09.0126		670.723,91		993.500,00
Processo nº5444563.60.2017		365.000,00		300.000,00
Processo nº470526.96.2014.8.09.0134		5.000,00		6.000,00
Processo nº458960.53.2014.8.09.0134		10.000,00		10.000,00
Processo nº458881.74.2014.8.09.0134		10.000,00		10.000,00
Processo nº5552487.53.2018.8.09.0127		10.000,00		10.000,00
Processo nº 201502908179.0290817.25.2015		0,00		10.000,00
Processo nº 115905.54.2014		295.696,09		0,00
Processo nº 458702.43.2014.8.09.0134		150.000,00		0,00
Processo nº 5441184.71.2017.8.09.0126		10.000,00		0,00
		7.000,00		0,00
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas		2.900.656,52		1.995.085,83
Processo nº0011143.47.2016.5.18.0018		150.000,00		150.000,00
Processo nº0011474.81.2015.5.18.0012		44.201,00		44.201,00
Processos Trabalhistas - AgehabxFLIP		2.706.455,52		1.800.884,83
19.3.2 PASSIVO POSSÍVEL				
A Agehab é parte integrante de 56 (Cinquenta e seis) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela assessoria jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o CPC 25, totalizando o valor de R\$ 2.838.012,76 (Dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, doze reais e setenta e seis centavos).				
19.4 OUTRAS CONTAS A PAGAR				



Ações Trabalhista – COHAB -, refere-se a provisão decorrente de ação trabalhista, realizado acordo judicial para quitações em 36 vezes, sendo contabilizado curto e longo prazo, reclassificadas para o grupo de fornecedores, quitadas 31 parcelas até 31/12/2020.

	2020	2019
Outras Contas a Pagar	0,00	102.279,00
Ações Trabalhistas - COHAB	0,00	102.279,00

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de R\$10.087.082,95, está demonstrado com as seguintes contas:

20.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 187.256.418,03, sendo ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,952764975% das ações, o valor a integralizar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 8.877.149,13, sendo capital subscrito de R\$ 196.133.567,16.

20.2 Reservas de Capital no valor de R\$ 6.789.064,77 com bens e serviços a realizar, sendo investimentos de ações no valorde R\$6.789.064,77 e Edificações no valor de R\$2.600.000,00, após conferências saldos regularizados de R\$ 2.600.000,00, entendimento da Assessoria Jurídica que o imóvel não pertence a Agehab.

20.3 Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 49.037.277,03; Prejuízo do Exercício de 2014 no valor de R\$: 11.759.984,09; Prejuízo do Exercício de 2015 no valor de R\$ 19.706.675,98; Prejuízo do Exercício de 2016 no valor de R\$ 18.993.909,13; Prejuízo do Exercício de 2017 no valor de R\$ 23.563.103,62; Ajustes positivos de Exercícios Anteriores no valor de R\$12.999.953,18; Prejuízo do exercício de 2018 de R\$ 31.723.250,01; Prejuízo do exercício de 2019 de R\$ 34.421.654,01, Prejuízo do período de 2020 de R\$ 963.434,39, Prejuízo acumulado total é de R\$ 177.169.335,08

	2020	2019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.087.082,95	11.144.312,69
Capital Social	187.256.418,03	187.256.418,03
Ações	187.256.418,03	187.256.418,03
Integralizado	187.256.418,03	187.256.418,03
Capital Subscrito	196.133.567,16	196.133.567,16
Capital Subscrito a Integralizar	(8.877.149,13)	(8.877.149,13)
Reservas	0,00	6.789.064,77
Reservas de Capital	0,00	6.789.064,77
Investimento em Ações	0,00	6.789.064,77
Edificações	0,00	0,00
Resultado de Apuração	(177.169.335,08)	(182.901.170,11)
Resultado Exercícios Anteriores	(49.037.277,03)	(49.037.277,03)
Exercício 2014	(11.759.984,09)	(11.759.984,09)
Exercício 2015	(19.706.675,98)	(19.706.675,98)
Exercício 2016	(18.993.909,13)	(18.993.909,13)
Exercício 2017	(23.563.103,62)	(23.563.103,62)
Exercício 2018	(31.723.250,01)	(31.723.250,01)
Exercício 2019	(34.421.654,01)	(34.421.654,01)
Exercício 2020	(963.434,39)	0,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.999.953,18	6.304.683,76

A reclassificação dos Investimentos em ações justifica-se devido execução de cálculo incorreto sobre a operação de encontro de contas entre o Município de Goiânia e o Estado de Goiás sobre o loteamento Parque Atheneu e Parque Acalanto em 20 de dezembro de 2001.

21. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

21.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2020	2019
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (a)	3.627.186,00	3.659.008,50
Receita Gestão da Carteira Imobiliária	3.604.506,00	3.626.528,40
Receita Tarifas de Expediente	22.680,00	32.480,10
RECEITA ORDINÁRIA (b)	28.495.045,40	0,00
Receita Ordinária - Subvenção Econômica	28.495.045,40	0,00
RECURSOS TERMO DE COMPROMISSO - UNIÃO/CEF (c)	1.474.868,52	0,00
Recurso Termo de Compromisso - MC 0352781-82	1.385.379,92	0,00
Recurso Termo de Compromisso - MC 0419643-38	89.488,60	0,00
TOTAL	33.597.099,92	3.659.008,50

a) Refere a Serviços prestados pela Agência Goiana de Habitação para administração da Carteira Habitacional do Estado de Goiás e recebimento de tarifas de expedientes para legalizações de imóveis;

b) Refere-se a Recebimento de Subvenção Econômica do Estado de Goiás conforme Lei Ordinária Estadual nº 20.733 de 17 de janeiro de 2020 para custear o déficit de manutenção da AGEHAB.

c) Refere-se a repasse oriundo de convênios firmados através de termo de compromisso com Governo Federal e Caixa Econômica Federal.

21.2 DEDUÇÕES

	2020	2019
DEDUÇÕES DA RECEITA	(997.860,12)	(521.404,77)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(516.873,93)	(521.404,77)
Imposto Sobre Serviço - ISS	(181.359,28)	(182.950,49)
Programa de Integração Social - PIS	(59.848,54)	(60.371,68)
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	(275.666,11)	(278.082,60)
Devolução de Subvenção Econômica Lei 20.733/2020	(480.986,19)	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32.599.239,80	3.137.603,73

21.3 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2020	2019
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25.826.069,83	23.711.893,55
Mão de Obra Aplicada (a)	21.833.370,52	21.109.082,28
Serviço de Terceiros Aplicados (b)	869.317,96	1.226.912,36
Outros Custos Operacionais (c)	41.998,07	29.479,58
Custos Com Obras Cíveis (d)	1.606.514,76	1.346.419,33
Serviço Aplicado - Termo de Compromisso - União/CEF (e)	1.474.868,52	0,00

a) MÃO DE OBRA APLICADA

Refere-se apropriação por regime de competência dos valores de salários, férias, 13º salário, e encargos sociais, vale transporte, vale alimentação, controlados através dos centros de custos dos empregados ligados aos custos diretos.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS

Reconhecimento dos custos de serviços de terceiros aplicados na execução da operacionalização, como:

Locação de veículos, locação de bens, serviços gráficos, eventos e divulgação, levantamento cadastral, entrega de documentos, manutenção de software.

c) CUSTOS COM VIAGENS A SERVIÇO E UTILIDADES

Refere-se às diárias pagas aos empregados efetivos relacionados a viagens a eventos, vistorias e fiscalizações de obras, reuniões, cadastramento e seguros dos prestamistas.

d) CUSTOS OBRAS CIVIS

Refere-se a valores aportados pela Agehab através de recursos próprios para subsidiar as construções de Unidades Habitacionais, são materiais, serviços aplicados.

e) SERVIÇO APLICADO - CONVÊNIO

Refere-se a execução de serviços de recuperação ambiental, obras de construção civil no setor Madre Germana vinculado ao Termo de Compromisso nº 0352781-82 e execução de serviço de gestão condominial do Nelson Mandela vinculado ao Termo de Compromisso nº 0419643-38

21.4 DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
DESPESAS OPERACIONAIS	7.540.267,68	10.120.270,78
Despesas Administrativas (a)	6.268.212,58	6.831.120,48
Despesas Tributárias (b)	80.932,59	202.866,51
Outros Despesas (c)	1.191.122,51	3.086.283,79

a) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

PESSOAL

Refere-se apropriação por regime de competência dos valores de salários, férias, 13º salário, contribuição previdenciária, FGTS, vale transporte, vale alimentação, estagiários e todos os encargos relacionados com pessoal, controlados através dos centros de custos dos setores administrativos e Conselheiros de Administração e Fiscal;

MATERIAL DE CONSUMO E UTILIDADES

Reconhecimento por regime de competência, materiais de escritório, informática, copa e cozinha, manutenções e telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água e esgoto, internet, lanches e refeições, correios, cartórios;

SERVIÇOS DE TERCEIROS

Manutenções prediais, auditoria externa, assinatura de jornais, portaria e vigilância, limpeza e conservação e outros.

	2020	2019
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	6.268.212,58	6.831.120,48
Despesas com Pessoal	5.440.553,53	5.602.815,13
Outras Despesas Administrativas	261.278,35	491.360,80
Serviços de Terceiros	566.380,70	736.944,55
b) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
Refere-se IOF, ISTI para regularização de imóveis, IPTU e ITU dos imóveis do arquivo situado no Arquivo Riviera e Sede no Setor Aeroporto, taxas federais e municipais.		
c) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
a) Indenizações oriundas de processos judiciais e provisões de contingências classificado como PASSIVO PROVÁVEL		
21.5 OUTRAS DESPESAS E RECEITAS		
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	512.856,89	3.807.491,22
21.5.1 Outras Despesas		
OUTRAS DESPESAS	553.558,54	6.452.976,88
Depreciação e Amortização (a)	308.821,77	338.431,05
Contribuições Patronais (b)	31.466,00	29.170,02
Perdas de Capital (c)	213.270,77	6.085.375,81
a) Apropriações de depreciações e amortizações dos bens tangíveis e intangível, baseado na vida útil econômica,		
b) Contribuições Patronais e Associações ligadas ao Sindicato de categoria;		
c) Perda de capital refere-se Apropriação de Perdas de Liquidação Duvidosa das prestações dos mutuários e a valores a receber da Prefeitura de Anápolis.		
21.5.2 Outras Receitas		
OUTRAS RECEITAS	40.701,65	2.645.485,66
Resultado Positivo de Obras executadas (a)	0,00	17.706,70
Reversão de crédito de Liquidação duvidosa (b)	19.711,03	22.065,41
Recuperação de despesas (c)	20.990,62	2.605.713,55
a) Recuperação referente a prestações habitacionais da Obra de Goiandira em 2019		
b) Reversão de crédito de liquidação duvidosa, recebidos das prestações (mutuários)		
c) Referente a recuperação de valores oriundo de processos judiciais.		
21.6 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	316.520,21	80.397,81
Despesas Financeiras (a)	(93.827,15)	(434.073,70)
(+)Receitas Financeiras (b)	410.347,36	514.471,51
a) DESPESAS FINANCEIRAS refere-se às tarifas bancárias debitadas das contas bancárias, juros e multas.		
b) RECEITAS FINANCEIRAS refere-se aos rendimentos de aplicações financeira/poupança, atualizações dos financiamentos concedidos.		
22.CUSTOS E DESPESAS COM PESSOAL		
GASTOS COM PESSOAL	27.273.924,05	26.711.897,41
MÃO DE OBRA APLICADA	21.833.370,52	21.109.082,28
DESPESA COM PESSOAL	5.440.553,53	5.602.815,13
Os registros da folha de pagamento e encargos, foram apropriados de acordo com os relatórios emitidos pelo sistema ERP, sendo devidamente conciliados e conferidos com os respectivos pagamentos.		
As provisões de férias e 13º salários são apropriados, mensalmente, na proporção de 1/12 (um doze avós) sobre os valores bases, conforme legislação vigente;		
As contribuições são devidamente apropriadas e recolhidas, sendo elas: FGTS, Contribuição Patronal – Regime Geral de Previdência Social e Fundos de Previdências Estadual e Municipais;		
Os conselheiros são: 04 do Conselho de Administração e 03 do Conselho Fiscal.		
23. DOS CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES		
O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada da AGEHAB, é composto por 04 (cinco) membros, pessoas naturais e residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que indicará o Presidente e seu substituto, todos com prazo de mandato que não poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição, os quais perceberão honorários mensais de 10% da média aritmética da remuneração pública da diretoria executiva.		
A Diretoria Executiva (Conforme Ata da 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2017) é um órgão de natureza colegiada com poderes para exercer a administração da AGEHAB, e tem a seguinte composição:		
I – 01 (um) Presidente,		
II – 01 (um) Vice-Presidente, III – 01 (um) Diretor Técnico,		
IV – 01 (um) Diretor Administrativo, V – 01 (um) Diretor Financeiro,		
VI – 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica e VII – 01 (um) Diretor de Governança e Transparência.		
Os diretores perceberão honorários equivalentes até 90% da remuneração paga ao cargo de Presidente.		
O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador da administração e funcionará em caráter permanente e com atribuições fixadas em lei, sendo composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, brasileiros, acionistas ou não, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, os quais perceberão honorários mensais de 10% da média aritmética da remuneração da diretoria executiva.		
Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2020.		
LUCAS FERNANDES DE ANDRADE Presidente CPF: 548.471.251-34	LINDOMAR MENEZES DE OLIVEIRA Diretor Administrativo CPF: 287.402.621-20	VALDERI BORGES DA SILVA Diretor Técnico CPF: 301.988.011-49
LUCAS MAGALHÃES DE GOUVEIA Diretor de Desenv. Institucional e Cooperação Técnica e Diretor Financeiro CPF: 012.101.321-92	KELLY MORGANA AFIUNE Diretora de Governança e Transparência CPF: 589.985.861-34	KAMILLA GUIMARÃES RODRIGUES Contadora – CRC-GO 017564 CPF: 913.946.431-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB** Prezados Senhores;

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade **AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A - AGEHAB** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase
Prejuízos acumulados
Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis da Companhia para os prejuízos acumulados de anos anteriores descritos na nota explicativa 20.3 que somam R\$ 177.169.335,08, indicando que a sociedade é dependente dos recursos aportados pelo acionista majoritário que é o Governo do Estado de Goiás, para manutenção dos custos administrativos e operacionais, suas receitas geradas pelas atividades próprias não são suficientes o que justificam os prejuízos sequenciais que se acumulam no Patrimônio Líquido.

Terrenos destinados a edificações
Chamamos a atenção da administração para a nota explicativa 12.4.2, que se trata dos terrenos da companhia destinados a construções e edificações, cujo valor contábil dos terrenos não está reconhecido a valor justo, que com advento do CPC 46 – Mensuração a Valor Justo, passou a ser permitido esta avaliação e mensuração no Brasil. A companhia realizou a avaliação dos terrenos a valor justo, mas decidiu-se pelo seu não reconhecimento, tendo em vista que nestes terrenos serão construídas moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

Outros Assuntos
Demonstrações contábeis anterior
As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 06 de março de 2020, sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis



ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Aparecida de Goiânia, Goiás, 14 de abril de 2021.

GSA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/GO Nº 001708/O-6
CVM 12165

Idael Ferreira Marques
Contador CRC – GO nº 18.467/O-9
16.978/O-0 Auditor Independente CNAI nº 6210
Weder Gomes de Santos
Contador CRC-GO nº 16.978/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Analisamos o relatório da Diretoria, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, composto de BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES e NOTAS EXPLICATIVAS, e levando em conta o PARECER emitido pela Auditoria Independente, nos termos do relatório de auditoria correspondente, que contém todos os pontos julgados merecedores de destaque, nosso parecer é pela aprovação das referidas demonstrações. A documentação foi analisada sob aspectos da veracidade ideológica presumida. Goiânia-Goiás, 20 de Abril de 2021

LUCAS FERNANDES DE ANDRADE
Vice-Presidente

SALMO DIOMAR DA SILVA
Presidente

LUIZ GUSTAVO ROSA SAMPAIO
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A – AGEHAB infra-assinados, após examinarem o BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES e NOTAS EXPLICATIVAS, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e levando em consideração o PARECER emitido pela Auditoria Independente, nos termos do relatório de auditoria correspondente, que contém todos os pontos julgados merecedores de destaque, são de parecer favorável à aprovação das referidas demonstrações. A documentação foi analisada sob aspectos da veracidade ideológica presumida.

Os membros do Conselho Fiscal atestam que não há irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e que os administradores contemplam de idoneidade e responsabilidade sobre os cofres públicos, desta agência. Goiânia- Goiás, 20 de Abril de 2021

GENTIL ROSA DE OLIVEIRA
Conselheiro

ROMULO MACHADO CARLOS LEMES
Conselheiro

RONALDO DUTRA BAÍA
Conselheiro